



Relatório Fórum: Ruído e Meio Ambiente (EIA 2017)

Coordenadoras: Dr.^a Ana Claudia Fiorini e Dr.^a Alessandra Samelli

Relatora: Dr.^a Isabel Cristiane Kuniyoshi

A edição do Fórum Ruído e Meio Ambiente aconteceu em 21 de abril de 2017, às 10h30min, na sala D (Auditório Visconti), por ocasião do 32º Encontro Internacional de Audiologia, nas dependências do Centro de Eventos da Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul (FAURGS), na cidade de Gramado, RS. A atividade contou com a participação de 86 pessoas, com a coordenação da Dr.^a Ana Claudia Fiorini e Dr.^a Alessandra Samelli e secretariada pela Dr.^a Isabel Cristiane Kuniyoshi.

Ana Claudia Fiorini relatou a memória das discussões do Fórum realizado no Encontro Internacional de Audiologia 2016 (EIA), incluindo a criação do grupo de trabalho para orientações sobre Notificação de Perda Auditiva Induzida por Ruído (Pair) no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) (Aline França, Claudia Giglio, Silvia Ferrite, Helenice Nakamura) e ações de Educação em Saúde. Em 2017, manteve-se o tema Educação em Saúde, lembrando que, em se tratando de um fórum de ruído e meio ambiente, as discussões podem abordar todos os ciclos de vida. As metas estabelecidas para 2017 foram: atualizar os dados de notificação Sinan e breves apresentações de práticas bem-sucedidas com ações em educação em saúde.

Aline França, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), de Joinville, foi convidada para apresentar dados relativos à notificação Sinan. Considerando a estatística atual, ainda não há dados consistentes de notificação de Pair. A subnotificação foi um dos aspectos discutidos, além do fato de não ser apenas o ruído o único agente de risco à audição. O ideal seria utilizar o termo “perda auditiva relacionada ao trabalho”, e não apenas “perda auditiva induzida pelo ruído”. No dia anterior, havia o registro de 78 casos notificados de Pair, no período de 2007 a 2016. Aline chamou a atenção quanto às novas políticas da previdência em que haverá mais trabalhadores com perda auditiva por mais tempo de exposição, além de outros fatores relacionados à idade.



Em Joinville, tem-se realizado um trabalho junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos diferentes distritos; inicialmente, relacionava-se a questão auditiva somente à dor e a possíveis processos infecciosos. O trabalho do Cerest tem sido chamar a atenção dos agentes comunitários de saúde ao fato de que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) são também trabalhadores e, dessa forma, podem estar expostos a riscos nos ambientes de trabalho. Em visitas domiciliares, identificaram-se trabalhadores que não reconhecem os riscos à saúde, além de alguns aposentados por limitações em saúde, sem saber as verdadeiras razões. A Atenção Básica tem limitação, principalmente devido à grande rotatividade de profissionais, o que demanda formação continuada quanto à linha de cuidado com essa parcela da população. Também se relatou trabalho desenvolvido junto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com frentistas do município de Joinville. O investimento é na Atenção Básica e na Estratégia Saúde da Família (ESF), sendo que a população procura tais serviços em situação de dor e zumbido. No Código Internacional de Doenças (CID), zumbido notifica Pair, mas pode levar a uma notificação equivocada. Entretanto, também pode identificar casos a serem investigados. A cartilha do trabalhador que está prestes a ser lançada é focada no usuário da Atenção Básica. Aline também ressaltou que está prevista a mudança dos agravos de notificação compulsória. A equipe técnica do Cerest atua diretamente nas diferentes UBSs. No final, Ana Claudia fez comentários salientando a importância da busca ativa na Atenção Básica, além da realização de estudos epidemiológicos sobre a audição da população nos diferentes municípios e estados do Brasil.

Ana Claudia convidou os presentes a compartilharem as práticas de educação em saúde, em especial aquelas voltadas aos efeitos não auditivos da poluição sonora e com relatos de práticas bem-sucedidas.

- Ana Claudia Fiorini, a partir de sua experiência na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na Secretaria do Verde de São Paulo e de pesquisas na área, salientou a importância de se discutir os efeitos ambientais e efeitos não auditivos da poluição sonora, para que as ações do fonoaudiólogo não sejam limitadas à



saúde auditiva. Ela mencionou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta a poluição sonora como a segunda principal causa de poluição ambiental desde 2011, e os efeitos não auditivos são os mais evidentes, principalmente as doenças cardiovasculares, que são segunda maior causa de morte, precedida apenas de causas externas. Ana Cláudia ainda recomendou cuidar para não limitar a área de atuação e fez referência ao estudo de Babisch W., publicado em 2014, intitulado *Updated exposure-response relationship between road traffic noise and coronary heart diseases: a meta-analysis*. Trata-se de uma metanálise sobre a associação entre ruído do tráfego rodoviário e doenças cardíacas coronarianas. No estudo identifica-se o ruído de tráfego como um fator de risco significativo para doenças cardíacas coronarianas.

- Alessandra Samelli apresentou brevemente o trabalho de mestrado de Renata Falótico Tabora (2017) em escola, cujas ações alcançaram alunos, professores, funcionários e famílias. Destaca-se a incorporação da temática do ruído na escola, nos programas pedagógicos da escola e intervenções acústicas em diferentes ambientes como em anfiteatros, salas de aula e corredores. Houve resultados satisfatórios comparando-se pré e pós intervenção.
- A fonoaudióloga Aline Laitano, analista técnica do Serviço Social da Indústria (Sesi-RS), relatou as experiências com o programa Dangerous Decibels Brasil (DDB), desde o *workshop* de 2016. Foram capacitados profissionais da equipe do Sesi que realizaram ações em escolas e indústrias nos dias nacionais de segurança e saúde e de prevenção da surdez.
- A fonoaudióloga Luciana Bramatti relatou sua experiência de educação em saúde com mensagens positivas em uma empresa frigorífica em Chapecó, SC. Na última Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (Sipat) foram realizadas ações com os trabalhadores e seus respectivos filhos, seguindo os preceitos do DDB.



- A fonoaudióloga Isabel Kuniyoshi, de Porto Velho, RO, relatou sua experiência no MP-RO com o programa de Ressocialização Ambiental, em que infratores ambientais passam por um programa educativo como alternativa às penalidades tradicionalmente aplicadas. O programa existe desde 2009 e nele são abordados temas relativos à preservação da fauna, flora, orientações sobre a pesca, questões climáticas, água, poluição sonora, resíduos sólidos, agrotóxicos e outros. Como resultado específico no enfrentamento da poluição sonora, tem-se observado que não foram registradas reincidências por esse tipo de infração ambiental.
- Estudante da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra, Canoas) comentou sobre um projeto acadêmico, com supervisão de professores, realizado em escolas em que se trabalha a percepção auditiva e a linguagem com a utilização de um “ruidômetro”.
- A fonoaudióloga Priscila Villas Boas, do Cerest Duque de Caxias, RJ, relatou dificuldades sobre a notificação de Pair por falta de adesão, apesar dos esforços. Relatou que a qualidade do trabalho é precária, principalmente devido à sobrecarga. Além disso, afirmou ter conhecimento de situações em que os profissionais sofrem ameaças quando tentam notificar perdas auditivas.
- A fonoaudióloga Alice Pena afirmou que o Cerest estadual de São Paulo e o Centro de Vigilância Sanitária do Estado são órgãos que fiscalizam, monitoram e fomentam as notificações Sinan. Em 2015, acompanhou os Cerests municipais para identificar o processo de notificação. Observou-se que cada região tem uma lógica e por isso não é possível estabelecer um único fluxo de notificação, além dos aspectos políticos envolvidos. Alice elaborou um manual de orientação para notificação para o Estado de São Paulo, que está em vias de publicação, e defende que é necessário que o poder público tome para si a responsabilidade da notificação, sugerindo a busca ativa em detrimento de se delegar a responsabilidade exclusiva para o fonoaudiólogo ou para os profissionais do serviço privado.



- A fonoaudióloga Adriana Bender Lacerda, da Universidade Tuiuti, Paraná (UTP-PR), complementou a discussão mencionando que, além do poder público, as clínicas universitárias podem contribuir para se efetivarem as notificações.
- A fonoaudióloga Ana Claudia Fiorini, como epidemiologista, lembrou que o problema de subnotificação não é exclusivo de Pair. Há sim que se desenvolver ações de informações em saúde, mas que nada é imediato e tem que ser relativizado por conta das condições e recursos de saúde do país.
- A fonoaudióloga Roberta Alvarenga Reis, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), salienta que a Lei não pode ficar só na proposta. Ela também chamou a atenção para a necessidade de desenvolvimento de pesquisas coletivas com maior repercussão, a fim de se estabelecer evidência científica para a área.
- A fonoaudióloga Ana Claudia Fiorini relatou que o mapa acústico foi aprovado como lei em São Paulo. Ela anunciou a realização do “manifesto do silêncio”, a ser realizado em 26 de abril de 2017, por ocasião do Dia Internacional da Conscientização sobre o Ruído (Inad, na sigla em inglês), sob promoção das Secretarias do Verde e Meio Ambiente, da Saúde, da Cultura, dos Transportes e da Pró-Acústica, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Tereza Momensohn Santos), a Unifesp (Ana Claudia Fiorini) e a Universidade de São Paulo (USP) (Alessandra Samelli).
- Giovana Caporal Menegotto, fonoaudióloga e advogada de Florianópolis, SC, sobre sua atuação em poluição sonora, relatou que em 5 de junho, dia mundial do meio ambiente, participará de um evento, na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com o intuito de abordar o tema poluição sonora a partir dos vieses da saúde e legal.
- As coordenadoras Ana Claudia Fiorini e Alessandra G. Samelli finalizaram os trabalhos, definindo como proposta de pauta para o Fórum em 2018 a discussão a respeito dos resultados das ações de mitigação do ruído e/ou educação em saúde para além da saúde auditiva.

